

AS USINAS PODERÃO FORNECER POR VOLTA DE 2.000 MW ATÉ O ANO 2010
(De José Zatz, chefe da Coordenadoria Técnica da Secretaria de Energia.)

Usinas de álcool viram fonte de energia elétrica

O GOVERNO DO ESTADO ASSINA HOJE CONTRATO DE FORNECIMENTO COM OS USINEIROS

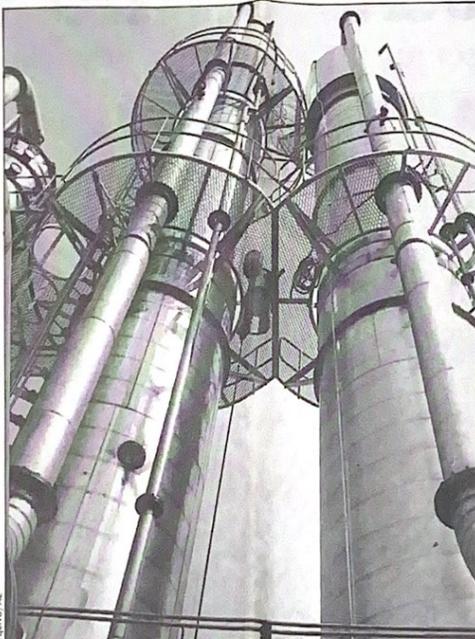
LIANA JOHN

Usineiros e concessionárias de energia elétrica assinam hoje, no Palácio dos Bandeirantes, um contrato histórico: o primeiro passo para o uso racional da energia gerada nas usinas de açúcar e álcool. Até agora, essa energia era apenas o excedente das caldeiras de vapor, vendido pelos usineiros de maneira precária, inconstante e a baixos preços para as concessionárias. A partir desse contrato, a chamada co-geração passa a ser uma alternativa capaz de afastar — por alguns anos — o fantasma do racionamento no Estado.

São Paulo, na verdade, está numa encruzilhada. Precisa rever com urgência sua matriz energética, sob risco de ficar sem força para crescer. Isso significa escolher a melhor combinação de fontes de energia — sejam elas usinas hidrelétricas, nucleares, térmicas a petróleo, gás natural ou biomassa —, sempre considerando a viabilidade econômica, a autonomia na produção e os danos ambientais.

Hoje, o Estado já depende de 12 mil megawatts de potência instalada para fazer funcionar sua indústria, comércio, serviços e iluminar as residências e ruas. Isso representa pouco mais de um quarto da demanda total brasileira e é um número que cresce ao sabor dos salários e da economia: se o País voltar a crescer, a demanda energética acompanha o ritmo das máquinas industriais. Se melhorar o poder aquisitivo dos salários, a demanda energética pode explodir, como aconteceu durante o Plano Cruzado. Mesmo se a economia continuar no ritmo atual, a demanda energética aumenta, embora mais lentamente, seja pelo crescimento vegetativo da população, seja pelo atendimento de novos consumidores, antes desassistidos pelas concessionárias.

Para atender a essa demanda



Usina de Alcool e Açúcar: alternativa de energia elétrica.

rescente até agora, o Estado recorreu às hidrelétricas, a opção mais tradicional e, em geral, de menor impacto ambiental. Dos 12 mil megawatts necessários ao estado, 8.700 saem das usinas hidrelétricas instaladas em rios paulistas e o resto vem de outros estados, fornecido basicamente por Furnas e pela usina de Itaipu.

“Nos últimos anos, sempre que a demanda encostava na oferta, entrava em operação uma nova máquina de Itaipu, afastando o risco do racionamento”, explica o presidente da Companhia Ener-

gética de São Paulo, CESP, Antonio Carlos Bonini. Agora Itaipu já funciona a plena carga.

A CESP tem mais 3 hidrelétricas estaduais para incluir no sistema até 1994: Taquaruçu, Rosana e Três Irmãos. Juntas, elas podem fornecer mais 1.400 MW. Existe ainda a usina de Porto Primavera, prevista para 1998 com muitos pontos de interrogação, devido ao alto impacto ambiental. Porto Primavera somaria mais 1.800 MW.

Mas aí termina o potencial dos rios paulistas. Por isso, a partir dos 15 mil MW todo crescimento

de demanda será atendido por fontes alternativas, pela “importação” de energia ou pela possibilidade de racionamento.

A primeira grande alternativa energética acessível aos paulistas é a co-geração, isto é, a produção de energia a partir de caldeiras usadas em alguns processos industriais. A co-geração é possível nas usinas de açúcar e álcool, nas indústrias de citrícos, alimentícias, de papel e celulose e de químicos e petroquímicos. De grandes consumidores de energia, essas indústrias passam a auto-suficientes e ainda geram um excedente.

A auto-suficiência já alivia a pressão sobre as concessionárias, que podem redistribuir aquela energia para outros consumidores. Só as usinas de cana — que alcançaram 95% de auto-suficiência — hoje deixam de comprar do sistema cerca de 250 MW. Mas o mais interessante para o estado, nesse momento, é a energia excedente. Segundo José Zatz, chefe da Coordenadoria Técnica da Secretaria de Energia, “além do que produzem para consumo próprio, as usinas de cana podem colocar no sistema mais 600 MW até o final do século e por volta de 2.000 MW até o ano 2.010”. A usina nuclear de Angra, se funcionar sem interrupções, forneceria 600 MW, o suficiente para iluminar toda a Baixada Santista.

A vantagem da co-geração sobre a usina nuclear, ou mesmo sobre as hidrelétricas, além da redução do risco ambiental, é que não são necessários 7 a 8 anos de construção, nem investimentos do estado. “Cada milhão de dólares que um deles investe são 3 a 5 milhões de dólares que o estado deixa de investir”, contabiliza Zatz.

ALTERNATIVA É A MENOS POLUENTE

Usinas termoeletricas causam mais danos ao meio ambiente

A grande questão — que afastava a iniciativa privada do setor energético — é o preço do megawatt. As dez usinas que arriscaram ensaiar a co-geração na última década recebiam muito pouco por megawatt, algo entre 12 e 21 dólares. “O megawatt de Itaipu custa 40 a 42 dólares e cada megawatt novo colocado no sistema nos custa 41 dólares”, diz Ciro Barbosa Bernardes, do Setor de Distribuição da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL).

Com um preço tão baixo, os usineiros não investiram em tecnologia, limitando-se a produzir a própria energia. No novo contrato de longo prazo, a energia das usinas será cotada pelo custo do megawatt novo, ou seja, cerca de 41 dólares. Com o preço garantido, os usineiros se comprometem a estabilizar o fornecimento para as concessionárias e investir em

equipamentos, multiplicando a geração de energia, com a mesma quantidade de cana, sem aumentar, portanto, o risco ambiental.

“Hoje produzimos 25 kilowatt/hora por tonelada de cana, mas podemos chegar a 100kwh/ton, se investirmos em novos equipamentos”, explica Jairo Balbo, da Usina São Francisco, em Sertãozinho, Interior do Estado.

“Só preciso ter uma garantia de que o programa de co-geração veio para ficar e preciso de um preço que me dê perspectiva de retorno para investimentos em tecnologia”. Com o contrato de longo prazo,

Balbo poderá até pensar em substituir as velhas caldeiras por turbinas a gás, que quadruplicam a produção de energia, com a mesma tonelada de cana.

Ao lado da co-geração, as outras opções energéticas para afastar a ideia de racionamento seriam as termoeletricas a gás natural ou petróleo. O gás natural viria da Bolívia ou da Argentina e seria queimado com muito menos poluição atmosférica do que a produzida com a queima de carvão ou petróleo.

O gerenciamento do gasoduto e a construção das usinas termoeletricas ficaria nas mãos da iniciativa privada. Mas a alternativa sofre

oposição da Petrobrás, que não quer perder o mercado cativo de derivados de petróleo.

Tanto o carvão como o petróleo e seus derivados contêm óxidos de enxofre e de nitrogênio, os principais responsáveis pela chuva ácida. Em todos os países movidos a energia de termoeletricas os órgãos de controle ambiental têm impedido a instalação de novas unidades ou exigido equipamentos de filtragem dos poluentes.

No Brasil, só existem termoeletricas na região Sul e todas provocam chuva ácida. Em São Paulo, há dois projetos para a construção dessas usinas: em Mogi Guaçu e em São José dos Campos. Juntas, elas produziriam 700 MW e por isso enfrentam a oposição de ambientalistas e pesquisadores.

L.J.

Com o preço garantido, os usineiros se comprometem a investir em equipamentos, multiplicando a geração de energia de energia elétrica.